

**AES Tietê Eólica S.A.**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023**

## **ÍNDICE**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ..... 1

### **Demonstrações contábeis auditadas**

Balanços patrimoniais .....	3
Demonstrações dos resultados .....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	8

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos acionistas e Administradores da  
**AES Tietê Eólica S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Tietê Eólica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

#### *Reconhecimento da receita*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu receitas operacionais consolidadas no montante de R\$ 330.859 mil, conforme divulgado na nota explicativa 10. As receitas são oriundas das operações de fornecimento e suprimento de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.

O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2023, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de compra e venda de energia.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho. Dessa forma, existe o risco de que uma receita seja reconhecida fora do seu período de competência, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida, além do volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita; (ii) Entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita e do ambiente de controle da Companhia; (ii) Confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com o Balanço Energético da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no exercício e os valores contabilizados, incluindo o montante não faturado reconhecido na data-base e realizado em data subsequente; e (iii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas incluídas na nota explicativa 10, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Building a better  
working world

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

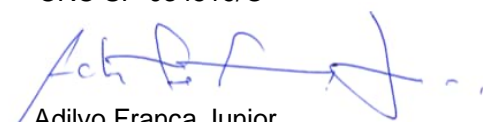
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de maio de 2024

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior  
Contador CRC- 1BA021419/O



**EY**

Building a better  
working world

## AES TIETÊ EÓLICA S.A.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	471	101	8.252	3.318
Investimentos de curto prazo	3	55.761	95.428	82.965	302.431
Cauções e depósitos vinculados		5	-	5	-
Contas a receber de clientes		-	-	26.173	37.039
Estoques		-	-	10.603	12.035
Conta de ressarcimento	5	-	-	-	288
Dividendos a receber	4	938	741	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		272	1.168	2.986	3.284
Outros tributos a recuperar		13	-	1.985	3.682
Outros ativos		-	-	3.555	489
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>57.460</b>	<b>97.438</b>	<b>136.524</b>	<b>362.566</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a receber partes relacionadas	4	210.113	289.356	-	-
Cauções e depósitos vinculados		18.122	24.487	18.284	24.596
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		5.150	4.077	5.150	4.077
Tributos diferidos		-	-	9.928	13.816
Outros ativos		-	-	-	16
Investimento em controladas	6	830.353	960.255	-	-
Imobilizado, líquido	7	418	513	1.225.624	1.250.163
Intangível, líquido		112	168	403	779
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.064.268</b>	<b>1.278.856</b>	<b>1.259.389</b>	<b>1.293.447</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.121.728</b>	<b>1.376.294</b>	<b>1.395.913</b>	<b>1.656.013</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores		735	222	12.046	6.735
Debêntures	8	25.287	26.596	25.287	26.596
Conta de ressarcimento	5	-	-	55.112	46.586
Passivo de arrendamento		95	91	404	445
Tributos e contribuições sociais a pagar		-	81	4.419	4.543
Tributos a pagar		32	-	949	1.208
Provisão para custos socioambientais		-	-	-	213
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	603	-	603	-
Outras obrigações		-	-	123	305
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>26.752</b>	<b>26.990</b>	<b>98.943</b>	<b>86.631</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Debêntures	8	21.308	44.144	21.308	44.144
Conta de ressarcimento	5	-	-	152.040	170.693
Passivo de arrendamento		367	470	29.712	31.329
Provisão para desmobilização		-	-	19.355	15.805
Provisões para processos judiciais e outros		-	-	1.254	697
Tributos diferidos		-	-	-	2.024
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	-	604	-	604
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>21.675</b>	<b>45.218</b>	<b>223.669</b>	<b>265.296</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social subscrito e integralizado		985.327	1.241.382	985.327	1.241.382
Reserva de lucros		71.026	45.756	71.026	45.756
Reserva de capital		16.948	16.948	16.948	16.948
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	9	<b>1.073.301</b>	<b>1.304.086</b>	<b>1.073.301</b>	<b>1.304.086</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.121.728</b>	<b>1.376.294</b>	<b>1.395.913</b>	<b>1.656.013</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**AES TIETÊ EÓLICA S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	10	-	-	330.859	297.310
Custo de produção e operação de energia	11	(1.960)	-	(171.931)	(190.963)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>(1.960)</b>	<b>-</b>	<b>158.928</b>	<b>106.347</b>
Gerais e administrativas		(933)	(3.671)	(990)	(5.924)
Outras (despesas) receitas operacionais		-	(16)	(6)	54
<b>TOTAL DAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(933)</b>	<b>(3.687)</b>	<b>(996)</b>	<b>(5.870)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS</b>		<b>(2.893)</b>	<b>(3.687)</b>	<b>157.932</b>	<b>100.477</b>
Receitas financeiras		7.459	14.704	21.884	38.853
Despesas financeiras		(8.885)	(14.437)	(19.547)	(26.211)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	12	<b>(1.426)</b>	<b>267</b>	<b>2.337</b>	<b>12.642</b>
Resultado de equivalência patrimonial		145.850	101.557	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>141.531</b>	<b>98.137</b>	<b>160.269</b>	<b>113.119</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(17.884)	(16.278)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	(854)	1.296
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	13	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(18.738)</b>	<b>(14.982)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>141.531</b>	<b>98.137</b>	<b>141.531</b>	<b>98.137</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## AES TIETÊ EÓLICA S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	141.531	98.137	141.531	98.137
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>141.531</b>	<b>98.137</b>	<b>141.531</b>	<b>98.137</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**AES TIETÊ EÓLICA S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Dividendos Adicionais Propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva de Investimentos			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>1.241.382</b>	<b>16.948</b>	<b>9.588</b>	<b>-</b>	<b>49.894</b>	<b>-</b>	<b>1.317.812</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	98.137	98.137
Deliberação de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(49.894)	-	(49.894)
Constituição de Reserva legal		-	-	4.907	-	-	(4.907)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	-	31.261	-	(31.261)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(932)	(932)
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(61.037)	(61.037)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9</b>	<b>1.241.382</b>	<b>16.948</b>	<b>14.495</b>	<b>31.261</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.304.086</b>
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(31.261)	-	-	(31.261)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	141.531	141.531
Redução de capital		(256.055)	-	-	-	-	-	(256.055)
Constituição de reserva legal		-	-	7.076	-	-	(7.076)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	80.718	-	(80.718)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	(31.263)	-	(53.737)	(85.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9</b>	<b>985.327</b>	<b>16.948</b>	<b>21.571</b>	<b>49.455</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.073.301</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## AES TIETÊ EÓLICA S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
<b>Atividades operacionais:</b>					
Lucro Líquido do exercício	141.531	98.137	141.531	98.137	
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>					
Depreciação e amortização	11	156	99	85.091	84.684
Atualização monetária sobre ressarcimento	12	-	-	4.481	7.561
Atualização da provisão para desmobilização	12	-	-	871	395
Juros sobre arrendamento	12	44	47	-	3.078
Encargos financeiros de dívidas	12	8.781	14.365	8.781	14.365
Tributos e contribuições sociais diferidos	13	-	-	1.864	(2.831)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(4.226)	(11.288)	(18.214)	(35.096)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	12	(3.037)	(3.677)	(3.049)	(3.684)
Provisão (reversão) para processos judiciais e outros		-	-	-	515
Atualização (reversão) da provisão para custos socioambientais		-	-	-	(248)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(145.850)	(101.557)	-	-
		<b>(2.601)</b>	<b>(3.874)</b>	<b>221.356</b>	<b>166.876</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>		<b>2.171</b>	<b>(1.080)</b>	<b>13.079</b>	<b>56.260</b>
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		8.453	8.396	31.012	25.278
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		36.266	3.166	209.326	(56.589)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.698)	-	(21.369)	(15.028)
Pagamento de empréstimos e debêntures (juros)	8	(4.920)	(7.847)	(4.920)	(7.847)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(44)	(47)	-	(398)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>		<b>36.627</b>	<b>(1.286)</b>	<b>448.484</b>	<b>168.552</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>					
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	7	(12)	-	(51.550)	(19.876)
Dividendos recebidos	6	115.984	65.454	-	-
Partes relacionadas - ações resgatáveis de controladas	4	79.243	82.134	-	-
Aumento de capital em controladas	6	(3.770)	-	-	-
Redução de capital em controladas	6	163.341	-	-	-
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados		-	-	(41)	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos</b>		<b>354.786</b>	<b>147.588</b>	<b>(51.591)</b>	<b>(19.876)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>					
Ingressos de novos empréstimos e debêntures		-	-	-	-
Dividendos pagos	9	(116.261)	(111.863)	(116.261)	(111.863)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	8	(28.006)	(41.479)	(28.006)	(41.479)
Pagamentos de arrendamentos (principal)		(118)	(80)	-	(3.078)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento		9.397	6.294	9.397	6.250
Redução de capital	9	(256.055)	-	(256.055)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(391.043)</b>	<b>(147.128)</b>	<b>(390.925)</b>	<b>(150.170)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>370</b>	<b>(826)</b>	<b>5.968</b>	<b>(1.494)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		101	927	3.318	4.812
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>471</b>	<b>101</b>	<b>9.286</b>	<b>3.318</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Eólica S.A. (“Tietê Eólica” ou “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, foi constituída em 15 de setembro de 2009, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Nova Energia Holding S.A., indiretamente pela Guaimbê Solar Holding, AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”) e *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Atualmente, a Companhia participa de sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, parte das controladas tem sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2010 (“LER 2010”); outra parte tem sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 (“LEN 2011 (A-3)”). Estas controladas integram o Complexo Eólico Alto Sertão II conforme detalhado a seguir.

## Complexo Eólico Alto Sertão II

O Complexo Eólico Alto Sertão II, conforme apresentado, é composto pelas seguintes sociedades de propósito específico (“SPE’s”):

Parque Gerador Eólico	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW (i)	Garantia física MW (i)
Ametista	12º LEN/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	12º LEN/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	11,2
Caetitê	12º LEN/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados (ii)	12º LEN/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	12º LEN/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	12º LEN/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	12º LEN/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões (ii)	12º LEN/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	12º LEN/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	3º LER/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	3º LER/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,9	10,1
Morrão	3º LER/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	3º LER/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	3º LER/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,2	13,9
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
<b>Subtotal</b>							<b>230</b>	<b>386,1</b>	<b>184,4</b>

(i) Informações em MW não auditadas pelos auditores independentes.

(ii) As Garantias Físicas anteriormente estabelecidas para as usinas Dourados e Pilões foram revogadas pela Portaria 2.634/2023, ficando vigente o montante apresentado.

## Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste assinaram contrato de energia de reserva (CER) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderão a totalidade de sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 anos. Estes contratos determinam que o prazo de vigência e fornecimento será de setembro de 2013 a agosto de 2033.

Em 13 de agosto de 2012, as controladas Ametista, Borgo, Caetitê, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço assinaram Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, por meio do qual venderão a totalidade de sua produção de energia elétrica. Estes contratos determinam que o prazo de vigência e fornecimento será de janeiro de 2016 a dezembro de 2035.

A comercialização de energia no mercado regulado (ACR) está contratada conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh (i)	Preço Médio atualizado MWh (j)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Ametista	12º LEN/2011	Distribuidoras	121.764	196,97	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	12º LEN/2011	Distribuidoras	84.972	195,42	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetité	12º LEN/2011	Distribuidoras	125.268	195,75	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	12º LEN/2011	Distribuidoras	115.632	195,69	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	12º LEN/2011	Distribuidoras	42.924	198,02	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	12º LEN/2011	Distribuidoras	120.888	196,56	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	12º LEN/2011	Distribuidoras	103.368	196,39	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	12º LEN/2011	Distribuidoras	114.756	194,17	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra Espinhaço	12º LEN/2011	Distribuidoras	77.964	193,40	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
<b>Subtotal</b>			<b>907.536</b>					
Da Prata	3º LER/2010	CCEE	85.760	260,50	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	3º LER/2010	CCEE	106.784	260,50	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	3º LER/2010	CCEE	124.848	260,50	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	3º LER/2010	CCEE	125.846	260,50	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	3º LER/2010	CCEE	111.988	260,50	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	CCEE	88.476	260,50	set/13	ago/33	IPCA	setembro
<b>Subtotal</b>			<b>643.702</b>					
<b>Total</b>			<b>1.551.238</b>					

## 1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2023	2022
Centrais Eólicas Ametista S.A. (Ametista)	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. (Araçás)	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. (Borgo)	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. (Caetité)	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. (Da Prata)	Geração eólica	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. (Dourados)	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. (Espigão)	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. (Maron)	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. (Morrão)	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. (Pelourinho)	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. (Pilões)	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. (Seraíma)	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. (Serra do Espinhaço)	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. (Tanque)	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. (Ventos do Nordeste)	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 08 de maio de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

## **2.2 Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

## **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

## **2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023**

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

## **2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

## **2.7 Critérios de consolidação**

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

### 3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos de curto prazo”.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Numerário disponível	149	101	1.808	3.318
Operações compromissadas	322	-	6.444	-
<b>Subtotal</b>	<b>471</b>	<b>101</b>	<b>8.252</b>	<b>3.318</b>
<b>Investimentos de curto prazo</b>				
CDB-DI	55.761	95.428	82.965	302.431
<b>Subtotal</b>	<b>55.761</b>	<b>95.428</b>	<b>82.965</b>	<b>302.431</b>
<b>Total</b>	<b>56.232</b>	<b>95.529</b>	<b>91.217</b>	<b>305.749</b>

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 101,37% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (102,42% em 31 de dezembro de 2022).

## 4 PARTES RELACIONADAS

	2023	2022	2023	2022
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo Circulante</b>				
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Espigão	43	22	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Borgo	65	65	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas da Prata	71	72	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Ventos do Nordeste	97	97	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Maron	16	16	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Morrão	79	79	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Pelourinho	61	61	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Tanque	75	75	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Seraima	95	95	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Serra do Espinhaço	59	59	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Araçás	110	36	-	-
Dividendos a receber - Centrais Eólicas Caetité	167	64	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>938</b>	<b>741</b>	-	-
<b>Subtotal circulante</b>	<b>938</b>	<b>741</b>	-	-
<b>Ativo</b>				
<b>Não Ativo Circulante</b>				
<b>Contas a receber partes relacionadas (1)</b>				
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Espigão	13.233	15.302	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Borgo	21.299	25.418	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas da Prata	8.860	14.264	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Ventos do Nordeste	2.396	8.050	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Maron	14.729	19.807	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Morrão	5.570	13.335	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Pelourinho	20.196	24.927	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Tanque	8.070	15.127	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Seraima	6.874	14.117	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Serra do Espinhaço	20.918	24.528	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Araçás	13.644	18.502	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Caetité	27.173	33.287	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Pilões	5.455	10.443	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Dourados	22.621	27.808	-	-
Ações resgatáveis - Centrais Eólicas Ametista	19.075	24.441	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>210.113</b>	<b>289.356</b>	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>211.051</b>	<b>290.097</b>	-	-
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo Circulante</b>				
<b>Dividendos a pagar</b>				
Dividendos a pagar - Nova Energia Holding S.A.	603	-	603	-
<b>Subtotal</b>	<b>603</b>	-	<b>603</b>	-
<b>Fornecedores</b>				
Capitalização de mão de obra própria	-	-	237	-
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>237</b>	-
<b>Outras obrigações</b>				
Centralização estoque - Centrais Eólicas da Prata	-	36	-	-
Centralização estoque - Centrais Eólicas Morrão	-	94	-	-
Centralização estoque - Centrais Eólicas Seraima	-	63	-	-
Centralização estoque - Centrais Eólicas Tanque	-	49	-	-
Centralização estoque - Centrais Eólicas Ventos do Nordeste	-	171	-	-
Centralização estoque - Centrais Eólicas Ametista	-	16	-	-
Centralização estoque - Centrais Eólicas Borgo	-	26	-	-
Centralização estoque - Centrais Eólicas Caetité	-	16	-	-
Centralização estoque - Centrais Eólicas Dourados	-	76	-	-
Centralização estoque - Centrais Eólicas Espigão	-	2	-	-
Centralização estoque - Centrais Eólicas Maron	-	1.023	-	-
Centralização estoque - Centrais Eólicas Pelourinho	-	53	-	-
Centralização estoque - Centrais Eólicas Pilões	-	72	-	-
Centralização estoque - Centrais Eólicas Serra do Espinhaço	-	18	-	-
<b>Subtotal</b>	-	<b>1.715</b>	-	-
<b>Subtotal circulante</b>	<b>603</b>	<b>1.715</b>	<b>840</b>	-
<b>Passivo Não Circulante</b>				
Dividendos a pagar - Nova Energia Holding S.A.	-	604	-	604
<b>Subtotal não circulante</b>	-	<b>604</b>	-	<b>604</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>603</b>	<b>2.319</b>	<b>840</b>	<b>604</b>
<b>Resultado (Receita líquida)</b>				
Venda de energia - AES Brasil Operações	-	28.025	-	-
Outras Receitas - AES Brasil Operações	-	-	28.166	-
<b>Total da receita</b>	-	<b>28.025</b>	<b>28.166</b>	-
<b>Resultado (Custo de produção e operações de energia)</b>				
Compra de Energia - AES Brasil Operações	-	-	(9.071)	(33.142)
Outros custos - AES Brasil Operações	-	-	(1.959)	-
<b>Total do custo</b>	-	-	<b>(11.030)</b>	<b>(33.142)</b>
<b>Total do resultado</b>	-	<b>28.025</b>	<b>17.136</b>	<b>(33.142)</b>

- (i) A Companhia, com a interveniência de suas controladas diretas, obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080). Neste contrato está previsto um plano para transferência de recursos entre as centrais eólicas e sua controladora, visto que as centrais eólicas são as efetivas geradoras de caixa e foram as beneficiadas diretas dos recursos liberados pelo BNDES, sendo que o pagamento das parcelas do financiamento é feito pela Companhia.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho de 2014, os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas, entre as centrais eólicas e sua Controladora Nova Energia Holding S.A para as devidas transferências estipuladas em contrato. Devido as características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida, desta forma, classificou os valores a pagar a Companhia no passivo não circulante das Controladas e no ativo não circulante da Controladora como partes relacionadas - ações resgatáveis. Não há um prazo previsto em contrato para os resgates das ações.

Tais ações não estão sujeitas a juros ou correção monetária, porém como determinado na AGE supracitada o plano de resgate poderá ser alterado para os próximos exercícios.

#### **Remuneração do pessoal chave da Administração**

A remuneração dos Administradores da Companhia é realizada através da controladora, desta forma, não há valores referentes a remuneração dos administradores nesta demonstração contábil.

## **5 CONTA DE RESSARCIMENTO**

---

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2010 e a CCEE, assim como os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que

estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e do LEN 2011 em dezembro de 2019.

A receita dos Parques Eólicos é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado	
	2023	2022
<b>Ativo circulante</b>		
Conta de ressarcimento	-	288
<b>Total ativo</b>	<b>-</b>	<b>288</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Conta de ressarcimento	55.112	46.586
<b>Passivo não circulante</b>		
Conta de ressarcimento	152.040	170.693
<b>Total passivo</b>	<b>207.152</b>	<b>217.279</b>

A movimentação dos saldos de ressarcimentos ativos e passivos é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>633</b>	<b>161.314</b>
Adição / reversão	-	48.404
Amortização	(345)	-
Atualização monetária	-	7.561
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>288</b>	<b>217.279</b>
Adição / reversão	(58)	36.281
Amortização	(230)	(52.104)
Transferência	-	1.215
Atualização monetária	-	4.481
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>207.152</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>55.112</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>152.040</b>

#### Cronograma de processamento dos ressarcimentos

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

O Despacho nº 2.303/2019 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que suspendesse os ressarcimentos relativos aos eventos de c-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

Em 23/12/2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e solares, considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

As reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

Em função das restrições, que são c-off para usinas eólicas e solares, em outubro de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica - "ABEEólica" e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - "ABSOLAR", em conjunto com seus associados, ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de c-off. Ainda em outubro de 2023, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023 foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

## 6 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades

Participações societárias permanentes:  
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial  
**Total**

Controladora	
2023	2022
830.353	960.255
<b>830.353</b>	<b>960.255</b>

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Controladas	31/12/2021	Equivalência patrimonial	Dividendos mínimos obrigatórios	Dividendos adicionais	31/12/2022	Aumento de capital	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos mínimos obrigatórios	Dividendos adicionais	31/12/2023
Araçás	88.842	5.197	-	(2.735)	91.304	1.750	-	7.775	(73)	-	100.756
Da Prata	61.065	9.770	-	(6.079)	64.756	-	(7.795)	11.473	-	(11.933)	56.501
Morrão	74.761	13.209	-	(8.515)	79.455	-	(8.562)	19.176	-	(18.451)	71.618
Seraíma	78.857	8.279	-	(4.964)	82.172	-	(11.815)	16.276	-	(15.769)	70.864
Tanque	77.116	9.661	-	(6.582)	80.195	-	(7.209)	13.868	-	(14.833)	72.021
Ventos do Nordeste	68.948	10.847	-	(6.988)	72.807	-	(8.616)	14.099	-	(10.804)	67.486
Ametista	45.138	5.674	-	(4.195)	46.617	-	(17.420)	5.319	-	(5.980)	28.536
Borgo	54.195	4.744	-	(3.083)	55.856	-	(11.314)	8.941	-	(5.769)	47.714
Caetité	77.231	10.242	-	(7.842)	79.631	-	(12.953)	10.893	(103)	(1.431)	76.037
Dourados	43.763	1.556	-	(279)	45.040	-	(21.439)	2.826	-	(3.810)	22.617
Espigão	26.556	561	(5)	-	27.112	2.020	(4.974)	2.192	(21)	-	26.329
Maron	61.657	6.159	-	(4.246)	63.570	-	(16.723)	8.223	-	(8.481)	46.589
Pelourinho	55.323	7.869	-	(5.333)	57.859	-	(8.614)	11.974	-	(7.758)	53.461
Pilões	61.985	3.212	-	(2.020)	63.177	-	(15.314)	4.311	-	(4.709)	47.465
Serra do Espinhaço	48.720	4.577	-	(2.593)	50.704	-	(10.593)	8.504	-	(6.256)	42.359
<b>Total</b>	<b>924.157</b>	<b>101.557</b>	<b>(5)</b>	<b>(65.454)</b>	<b>960.255</b>	<b>3.770</b>	<b>(163.341)</b>	<b>145.850</b>	<b>(197)</b>	<b>(115.984)</b>	<b>830.353</b>

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido do exercício
Centrais Eólicas dos Araçás S.A	100%	139.490	38.733	100.757	64.883	7.775
Centrais Eólicas da Prata S.A	100%	76.002	19.500	56.502	34.708	11.473
Centrais Eólicas Morrão S.A	100%	94.833	23.215	71.618	39.249	19.176
Centrais Eólicas Seraíma S.A	100%	102.898	32.035	70.863	37.317	16.276
Centrais Eólicas Tanque S.A	100%	98.516	26.496	72.020	42.427	13.868
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A	100%	74.681	7.195	67.486	29.711	14.099
Centrais Eólicas Ametista S.A	100%	87.726	59.191	28.535	26.095	5.319
Centrais Eólicas Borgo S.A	100%	74.990	27.276	47.714	20.739	8.941
Centrais Eólicas Caetité S.A	100%	117.498	41.461	76.037	34.642	10.893
Centrais Eólicas Dourados S.A	100%	85.693	63.076	22.617	21.530	2.826
Centrais Eólicas Espigão S.A	100%	49.300	22.970	26.330	14.823	2.192
Centrais Eólicas Maron S.A	100%	85.727	39.138	46.589	27.784	8.223
Centrais Eólicas Pelourinho S.A	100%	79.678	26.218	53.460	25.384	11.974
Centrais Eólicas Pilões S.A	100%	85.126	37.661	47.465	38.509	4.311
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A	100%	70.371	28.011	42.360	17.974	8.504
<b>Total</b>		<b>1.322.529</b>	<b>492.176</b>	<b>830.353</b>	<b>475.775</b>	<b>145.850</b>

## 7 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

**(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

Consolidado				
2023				2022
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (iii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	2.503	-	2.503	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,94% 52.493	(17.739)	34.754	36.647
Máquinas e equipamentos	4,51% 1.787.777	(698.461)	1.089.316	1.165.810
Móveis e utensílios e outros	10,00% 2.261	(20)	2.241	2.242
Veículos	14,29% 867	(266)	601	645
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>1.845.901</b>	<b>(716.486)</b>	<b>1.129.415</b>	<b>1.207.847</b>
Imobilizado em curso (i)	69.922	-	69.922	13.787
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>1.915.823</b>	<b>(716.486)</b>	<b>1.199.337</b>	<b>1.221.634</b>
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,45% a 11,11% 32.124	(5.837)	26.287	28.529
<b>Total Imobilizado</b>	<b>1.947.947</b>	<b>(722.323)</b>	<b>1.225.624</b>	<b>1.250.163</b>

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia e suas controladas reconhecem ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, o que for menor. A Companhia e suas controladas reconheceram ativo de direito de uso de terrenos arrendados, com vida útil definida estimada entre 9 e 29 anos, depreciados à taxa de 3,45% a 11,11% a.a.

(iii) Entre os elementos que compõem o custo de cada item do imobilizado dos ativos eólicos, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no montante de R\$11.406 (R\$9.920 em 31 de dezembro de 2022). O custo de desativação de ativos, equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. Em dezembro de 2023, a Companhia remensurou a estimativa da provisão e utilizou como base para a taxa de desconto a média da Taxa Selic projetada até o período de desmobilização. Esta projeção a longo prazo se faz necessária para evitar flutuações significativas ao longo dos períodos, uma vez que a realização desta provisão se dará somente no final da autorização. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2023 é R\$19.355 (R\$15.805 em 31 de dezembro de 2022).

**(b) Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Consolidado						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão desmobilização (ii)	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023	
Terrenos	2.503	-	-	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	52.313	-	-	180	-	52.493
Máquinas e equipamentos	1.782.601	-	-	2.499	-	1.787.777
Móveis e utensílios e outros	2.259	-	-	2	-	2.261
Veículos	867	-	-	-	-	867
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>1.840.543</b>	-	-	<b>2.677</b>	<b>2.681</b>	<b>1.845.901</b>
Imobilizado em curso	13.787	51.543	-	-	4.592	69.922
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>1.854.330</b>	<b>51.543</b>	-	<b>2.677</b>	<b>7.273</b>	<b>1.915.823</b>
Direito de uso de terreno arrendado	33.021	-	(896)	-	(1)	32.124
<b>Subtotal</b>	<b>1.887.351</b>	<b>51.543</b>	<b>(896)</b>	<b>2.677</b>	<b>7.272</b>	<b>1.947.947</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(637.188)	(84.708)	(153)	-	(274)	(722.323)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>1.250.163</b>	<b>(33.165)</b>	<b>(1.049)</b>	<b>2.677</b>	<b>6.998</b>	<b>1.225.624</b>

Consolidado						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Remensuração	Provisão desmobilização	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2022	
Terrenos	2.503	-	-	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	52.105	-	-	208	-	52.313
Máquinas e equipamentos	1.776.970	-	(8.897)	14.528	-	1.782.601
Móveis e utensílios e outros	2.941	-	-	(682)	-	2.259
Veículos	-	-	-	867	-	867
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>1.834.519</b>	-	<b>(8.897)</b>	<b>14.921</b>	-	<b>1.840.543</b>
Imobilizado em curso	8.832	19.876	-	(14.921)	-	13.787
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>1.843.351</b>	<b>19.876</b>	-	<b>(8.897)</b>	-	<b>1.854.330</b>
Direito de uso de terreno arrendado	30.080	-	2.941	-	-	33.021
<b>Subtotal</b>	<b>1.873.431</b>	<b>19.876</b>	<b>2.941</b>	<b>(8.897)</b>	-	<b>1.887.351</b>
Depreciação	(552.882)	(83.370)	-	(936)	-	(637.188)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>1.320.549</b>	<b>(63.494)</b>	<b>2.941</b>	<b>(9.833)</b>	-	<b>1.250.163</b>

(i) O valor de R\$6.998 refere-se a reclassificação de estoque para Imobilizado.

(ii) Em dezembro de 2023, com base em laudos de especialistas, a Companhia remensurou a estimativa das provisões para desmobilização de suas controladas, revendo as premissas de acordo com a política contábil do Grupo AES. Dessa forma, houve uma remensuração no montante de R\$2.677.

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 8 DEBÊNTURES

(a) Os saldos de debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

		Consolidado								
		2023								
		Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(i)</sup>	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
<b>Debênture</b>										
Debênture - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% aa	7.689	44	(254)	7.479	8.971	(254)	8.717	16.196
Debênture - 1ª Emissão (2ª Série)	2025	IPCA + 7,87% aa	17.966	84	(242)	17.808	12.833	(242)	12.591	30.399
<b>Total da dívida</b>			<b>25.655</b>	<b>128</b>	<b>(496)</b>	<b>25.287</b>	<b>21.804</b>	<b>(496)</b>	<b>21.308</b>	<b>46.595</b>

		Consolidado								
		2022								
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(i)</sup>	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
<b>Debênture</b>										
Debênture - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% aa	9.792	82	(303)	9.571	15.912	(606)	15.306	24.877
Debênture - 1ª Emissão (2ª Série)	2025	IPCA + 7,87% aa	17.159	154	(288)	17.025	29.415	(577)	28.838	45.863
<b>Total da dívida</b>			<b>26.951</b>	<b>236</b>	<b>(591)</b>	<b>26.596</b>	<b>45.327</b>	<b>(1.183)</b>	<b>44.144</b>	<b>70.740</b>

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

**(b) A movimentação das debêntures é como segue:**

	Consolidado
	Debêntures
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>105.701</b>
Encargos financeiros	7.701
Variação monetária	6.073
Pagamento de principal	(41.479)
Pagamento de encargos financeiros	(7.847)
Amortização custos de transação	591
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>70.740</b>
Encargos financeiros	5.099
Variação monetária	3.188
Pagamento de principal	(28.006)
Pagamento de encargos financeiros	(4.920)
Amortização custos de transação	494
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>46.595</b>

**(c) As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:**

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
AES Tietê Eólica	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	146.000	15 de dezembro de 2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série)	Semestral	Semestral	16.196	Dezembro de 2025	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: ≥1,3x	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
				IPCA + 7,87% aa (2ª série)			30.399			

**(d) Debêntures de infraestrutura**

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$146.000.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos das Debêntures foram destinados ao LER 2010 e LEN 2011 com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

As amortizações das debêntures de primeira e segunda série seguem o cronograma disposto na Escritura da Emissão, sendo que a amortização das debêntures da primeira série teve início em 15 de junho de 2015 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025 e a amortização das debêntures da segunda série tiveram início em 15 de dezembro de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025. O pagamento dos juros ocorre em parcelas semestrais, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

### (e) Condições Restritivas

As dívidas emitidas pela Companhia contemplam cláusulas de condições restritivas, tais como restrição de distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório:

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, a Companhia emitiu debênture de infraestrutura, a qual possui restrições de não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima de 25% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) o acúmulo de R\$60.000 na “Conta Reserva Especial da Holding”; (ii) verificado o desempenho financeiro do projeto; (iii) preenchidas as contas reservas referentes ao serviço da dívida e a conta reserva de O&M; (iv) atingido o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,30; (v) adimplemento das empresas do grupo econômico perante o Sistema BNDES; e (vi) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida.

Os financiamentos com debêntures estabelecem que o índice ICSD = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] devem ser maiores ou iguais a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas mantém o acompanhamento do índice.

Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas ao principal das debêntures e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado		
	Debêntures	Custos de transação	Total
2025	21.804	(496)	21.308
	<b>21.804</b>	<b>(496)</b>	<b>21.308</b>

## 9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 9.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$985.327 (R\$1.241.382 em 31 de dezembro de 2022), composto 600.866.844 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

#### Redução de capital

Em 30 de novembro de 2022, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para disciplinar sobre matéria da proposta de redução de capital da Companhia no montante de R\$256.055, mediante restituição de capital à Acionista Única sem alteração na quantidade de ações.

A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

## **9.2 Reserva de lucros**

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia. De acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, a Companhia constituiu uma reserva de R\$7.076 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.907 em 31 de dezembro de 2022).

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$80.718 (R\$31.261 em 31 de dezembro de 2022).

## **9.3 Destinação dos resultados**

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. Durante o exercício de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$116.261.

## **10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

---

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e de suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

### **(a) Receita de suprimento de energia elétrica**

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

### **(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE**

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

### **(c) Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN)**

A receita da Companhia e suas controladas são reconhecidas conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva e Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base

na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2023	2022
Contratos de energia eólicos	303.631	326.703
Ressarcimento de energia	5.029	(48.691)
Partes relacionadas	28.166	28.025
Mercado de curto prazo	11.899	8.381
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>348.725</b>	<b>314.418</b>
(-) PIS e COFINS	(13.412)	(11.292)
(-) ICMS	(4.454)	(5.816)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>330.859</b>	<b>297.310</b>

## 11 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Custo da produção de energia elétrica</b>				
Contratos bilaterais	-	-	-	(236)
Contratos com partes relacionadas	-	-	(11.030)	(33.142)
Mercado de curto prazo	-	-	(111)	(513)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	-	-	(25.027)	(21.021)
Taxa de fiscalização ANEEL	-	-	(1.648)	(1.670)
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(37.816)</b>	<b>(56.582)</b>
<b>Custo da operação</b>				
Pessoal e administradores	-	-	-	(4)
Serviços de terceiros	(1.311)	-	(41.408)	(37.011)
Material	(240)	-	(3.180)	(8.779)
Depreciação e amortização	(156)	-	(85.091)	(84.416)
Seguros	-	-	(4.099)	(3.675)
Arrendamentos e aluguéis	(2)	-	(571)	(268)
Contribuições setoriais	(1)	-	(260)	-
Outros custos operacionais	(250)	-	494	(228)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.960)</b>	<b>-</b>	<b>(134.115)</b>	<b>(134.381)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.960)</b>	<b>-</b>	<b>(171.931)</b>	<b>(190.963)</b>

## 12 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	4.448	11.288	18.754	35.096
Renda de cauções e depósitos judiciais	3.037	3.677	3.049	3.684
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(364)	(717)	(364)	(717)
Outras receitas financeiras	338	456	445	790
<b>Subtotal</b>	<b>7.459</b>	<b>14.704</b>	<b>21.884</b>	<b>38.853</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros de dívidas	(5.593)	(8.292)	(5.593)	(8.292)
Atualização monetária de debêntures	(3.188)	(6.073)	(3.188)	(6.073)
Atualização provisão desmobilização	-	-	(871)	(395)
Atualização ressarcimento	-	-	(4.481)	(7.559)
Juros sobre arrendamento	(44)	(48)	(3.208)	(3.078)
Tarifas e encargos bancários	(48)	-	(405)	(777)
Outras despesas financeiras	(12)	(24)	(1.801)	(37)
<b>Subtotal</b>	<b>(8.885)</b>	<b>(14.437)</b>	<b>(19.547)</b>	<b>(26.211)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(1.426)</b>	<b>267</b>	<b>2.337</b>	<b>12.642</b>

### 13 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro real. Contudo, a Companhia não apurou lucro tributável durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

No regime de lucro presumido adotado pelas controladas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora			
	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>141.531</b>	<b>141.531</b>	<b>98.137</b>	<b>98.137</b>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal</b>	<b>(35.383)</b>	<b>(12.738)</b>	<b>(24.534)</b>	<b>(8.832)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>				
<b>Adições (exclusões) permanentes:</b>				
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(932)	(335)	502	181
Resultado de equivalência patrimonial	36.463	13.127	25.389	9.140
Outros	(148)	(54)	(1.357)	(489)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Composição dos tributos no resultado:</b>				
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional tributável	339.303	351.325	339.303	351.325
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	27.144	28.106	40.716	42.159
Outras receitas	22.908	17.035	22.908	17.035
Outros ajustes	-	-	-	-
Base de cálculo	50.052	45.141	63.624	59.194
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(7.508)	(6.770)	(5.726)	(5.327)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	(4.647)	(4.154)	-	-
Outros ajustes	(3)	(22)	-	(5)
IRPJ e CSLL corrente	(12.158)	(10.946)	(5.726)	(5.332)
IRPJ e CSLL diferido	(553)	841	(301)	455
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>(12.711)</b>	<b>(10.105)</b>	<b>(6.027)</b>	<b>(4.877)</b>

## 14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 14.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Consolidado						
2023						
2022						
Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	1.808	1.808	3.318	3.318	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	3	6.444	6.444	-	-	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	82.965	82.965	302.431	302.431	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		26.173	26.173	37.039	37.039	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		18.289	18.289	24.596	24.596	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	5	-	-	288	288	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>135.679</b>	<b>135.679</b>	<b>367.672</b>	<b>367.672</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores		12.046	12.046	6.735	6.735	Custo amortizado
Debêntures	8	46.595	46.595	70.740	70.740	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	5	207.152	207.152	217.279	217.279	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		30.116	30.116	31.774	31.774	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	4	603	603	604	604	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>296.512</b>	<b>296.512</b>	<b>327.132</b>	<b>327.132</b>	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

### 14.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma

avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

## **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

### **(b.1) Risco de crédito**

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

#### **Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$ 8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo AES Brasil. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	471	101	8.252	3.318
Investimentos de curto prazo	55.761	95.428	82.965	302.431
Contas a receber de clientes	-	-	26.173	37.039
Cauções e depósitos vinculados	18.127	24.487	18.289	24.596
<b>Total</b>	<b>74.359</b>	<b>120.016</b>	<b>135.679</b>	<b>367.384</b>

### **(b.2) Risco de gerenciamento de capital**

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de

valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Debêntures	(46.595)	(70.740)	(46.595)	(70.740)
Caixa e equivalentes de caixa	471	101	8.252	3.318
Investimentos de curto prazo	55.761	95.428	82.965	302.431
Garantias de financiamento	18.127	24.487	18.289	24.596
<b>Dívida Líquida</b>	<b>27.764</b>	<b>49.276</b>	<b>62.911</b>	<b>259.605</b>
Patrimônio líquido	1.073.301	1.304.086	1.073.301	1.304.086
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>2,59%</b>	<b>3,78%</b>	<b>5,86%</b>	<b>19,91%</b>

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de covenants.

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, as informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	735	-	-	-	-	735	222
Debêntures	-	29.635	24.555	-	-	54.190	70.740
Passivo de arrendamento	25	74	109	271	-	479	561
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	603	-	-	603	604
<b>Total</b>	<b>760</b>	<b>29.709</b>	<b>25.267</b>	<b>271</b>	<b>-</b>	<b>56.007</b>	<b>72.127</b>

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	12.046	-	-	-	-	12.046	6.735
Debêntures	-	29.635	24.555	-	-	54.190	70.740
Passivo de arrendamento	104	313	465	1.606	28.681	31.169	31.774
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	603	-	-	603	604
<b>Total</b>	<b>12.150</b>	<b>29.948</b>	<b>25.623</b>	<b>1.606</b>	<b>28.681</b>	<b>98.008</b>	<b>109.853</b>

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA utilizados na projeção corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2023.

#### (b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	322	-	6.444	-
Investimentos de curto prazo	55.761	95.428	82.965	302.431
Debêntures	(47.586)	(72.514)	(47.586)	(72.514)
<b>Total</b>	<b>8.497</b>	<b>22.914</b>	<b>41.823</b>	<b>229.917</b>

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e não contemplam os saldos de custo de transação.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, debêntures e ressarcimento.

Controladora			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Operações compromissadas	CDI	322	16	25	33	41	49
Investimentos de curto prazo	CDI	55.761	2.849	4.271	5.698	7.121	8.548
<b>Impacto no resultado</b>			<b>2.865</b>	<b>4.296</b>	<b>5.731</b>	<b>7.162</b>	<b>8.597</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>2.865</b>	<b>4.296</b>	<b>5.731</b>	<b>7.162</b>	<b>8.597</b>

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Operações compromissadas	CDI	6.444	329	494	658	823	988
Investimentos de curto prazo	CDI	82.965	4.240	6.355	8.478	10.595	12.719
<b>Impacto no resultado</b>			<b>4.569</b>	<b>6.849</b>	<b>9.136</b>	<b>11.418</b>	<b>13.707</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>4.569</b>	<b>6.849</b>	<b>9.136</b>	<b>11.418</b>	<b>13.707</b>

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(207.152)	(4.019)	(6.028)	(8.035)	(10.047)	(12.056)
			<b>(4.019)</b>	<b>(6.028)</b>	<b>(8.035)</b>	<b>(10.047)</b>	<b>(12.056)</b>
			<b>(4.019)</b>	<b>(6.028)</b>	<b>(8.035)</b>	<b>(10.047)</b>	<b>(12.056)</b>

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série)	IPCA	(16.704)	(1.620)	(1.794)	(1.968)	(2.143)	(2.317)
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(30.882)	(3.077)	(3.400)	(3.722)	(4.046)	(4.369)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(4.697)</b>	<b>(5.194)</b>	<b>(5.690)</b>	<b>(6.189)</b>	<b>(6.686)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(4.697)</b>	<b>(5.194)</b>	<b>(5.690)</b>	<b>(6.189)</b>	<b>(6.686)</b>

### (b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas somente serão apuradas a partir da entrada em operação dos empreendimentos. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, após a entrada em operação, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

### (c) Outros riscos considerados relevantes

#### (c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

#### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas

##### Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEOLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.